

BACIA DO IGUAPE/CACHOEIRA-BA: NOTAS PREPARATÓRIAS AOS PROFESSORES PARA UMA EXCURSÃO ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES QUILOMBOLAS COM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Fábio Batista Pereira¹

Resumo

“Quilombola não serve nem para procriar,” disse certa feita um Deputado Federal², em 2017. Embora repreensível, a frase citada reforça a necessidade de ampliar o debate público diante do pseudo-revisionismo sobre temas incontornáveis da História do Brasil, em especial às trajetórias das populações negras: direito à memória, demarcação de terras, combate ao racismo estrutural. A Escola Brasileira é um local importante para esse debate. Nesse artigo, serão apresentadas considerações sobre o planejamento da aula de campo junto às Comunidades Remanescentes de Quilombo da Bacia do Iguape para alunos das séries do Ensino Médio com o objetivo de fortalecer as práticas docentes no âmbito da Lei 11.645/08 e da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio.

Palavras-chave: Ensino de História. Educação. Práticas Docentes. Ensino Médio. BNCC.

Recebido em 20 de setembro de 2020 e aprovado para publicação em 13 de dezembro de 2020

¹ Mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas/UFRB. Licenciatura em História/UEFS. Professor da Rede de Educação Básica do Estado da Bahia. Consultor Pedagógico da Casa Publicadora Brasileira. Experiência na área de Gestão Escolar. Pesquisa na área de História da Bahia, Historiografia, Ensino de História. Músico. Assessoria para produção de material audiovisual com ênfase em cultura e história.

² Hoje, Presidente da República (2018-2022), Jair Messias Bolsonaro foi processado por crime de racismo. Em 2019, o processo foi encerrado e o réu absolvido.

Introdução

Do Cais do Porto ao Lagamar do Iguape

A pequena lancha navega pelas águas do Rio Paraguaçu, “marolas” batem no casco de fibra de vidro da pequena embarcação, os alísios enrugam a pele, os coletes salva-vidas alaranjados, o “tá-tá-tá-tá-tá” do motor de popa evidenciam a nossa presença, a população ribeirinha acena, nós acenamos de volta. Logo à frente contornamos a Pedra da Baleia: um diminuto farol encravado num pequeno rochedo, utilizado para alumiar o caminho de saveiros, veleiros e o saudoso Vapor do Paraguaçu. Fitamos o antigo farol, espaço sagrado para os adeptos das religiões de matrizes africanas. Trata-se de uma construção emblemática à entrada da antiga Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, fundada em 1693, no Recôncavo Baiano.

Uma légua³ depois chegamos às ruínas do Engenho Vitória. A construção castigada pela ação do tempo e abandono - misto do apogeu e perigo da empresa açucareira – mesmo em ruínas preserva alguma imponência. Entre outros tantos engenhos nas margens do “grande rio”, o “Vitória” se apresenta como testemunha da antiga civilização do açúcar: a capela de oração, o brasão da família Muniz Barreto de Aragão e o tamanho da construção demonstram a importância de outrora. Não vamos parar. O motivo da excursão é o Kaonge, vamos entrevistar Ananias, importante articulador do Conselho Quilombola do Vale e Bacia do Iguape formada pelas comunidades remanescentes: Kalembá, Kaimbongo Velho, Kalole, Dendê, Imbiara, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Engenho da Vitória, Tombo, Engenho Novo, Engenho da Cruz, Brejo.

No curso fluvial do Cais do Porto, em Cachoeira-Ba, até o Iguape, muitas ruínas ainda serão vistas; elas contam um pedaço da história do Brasil Colônia e Império.

É o Iguape uma légua de terra em quadro rodeada toda de montes, na qual se acham levantados catorze engenhos, tanto de água, como cavalos, os quais botam os seus matos, e baldios para diversos ramos, pela extensão de duas, três ou mais léguas. Além dos engenhos há mais naquele admirável torrão, todo de massapés legítimos, diferentes fazendas desobrigadas dos engenhos e é tal sua natureza para a produção da cana (...) que apesar da antigüidade daquelas propriedades, e da irregularidade da sua cultura, são os senhores de engenho de Iguape os mais opulentos, e seu açúcar reputado sempre pelo melhor de todo o Recôncavo.⁴

A empresa colonial se fez as expensas do trabalho escravo indígena e africano. O primeiro viu sua população diminuída nas guerras contra o colonizador, resistiu ao seu tempo e ao seu modo. Os povos indígenas teceram e tecem as suas próprias lutas nas tramas e

³ Uma légua equivale a 6 km.

⁴ VILHENA, Luís dos Santos. **A Bahia no Século XVIII**. Ed. Itapuã, 1969. p. 231-232.

enredos da História do Brasil. O segundo adentrou os liames de uma sociedade que se fazia cada vez mais dependente do tráfico transatlântico, no qual se estima que cerca de 15 milhões⁵ de pessoas foram submetidas; homens e mulheres negras escravizadas constituíram o poderoso esteio da construção material e imaterial do Brasil, da Colônia até os nossos dias.

Como se sabe, onde deitou as suas hostes, a escravidão conviveu com a insurgência escrava. O “corpo mole” no trabalho, o “boicote” à produção e à realização de serviços, a fuga e a formação de quilombos foram algumas das formas de resistência protagonizadas pelos escravizados. A resistência escrava no Iguape é antiga e a grande presença da mão de obra escrava está associada ao tráfico de escravos motivado pela instalação e efetiva produção açucareira, posterior consolidação da economia fumageira e graças à posição geográfica estratégica de entreposto comercial desempenhado pela Vila de Cachoeira durante os séculos da Colônia e nos anos do Império, no anfiteatro do Recôncavo Baiano:

(...) chegaram a Salvador, em março de 1814, notícias de um levante em alguns engenhos do Iguape, perto de Cachoeira. Os escravos se reuniram no engenho da Ponta com a intenção de assaltar a vila de Maragogipe (...) A câmara de Cachoeira já havia expressado seu temor de tal levante e tinha avisado o governo (...).⁶

Por volta do século XVIII, a população de Santiago do Iguape era composta de 3043 habitantes distribuída da seguinte forma⁷:

Paróquia	Fundação	Homens Livres	Mulheres Livres	Criados	Escravos	Total	Engenhos
Santiago de Iguape	1563	362	430	39	2212	3043	16

Ao longo do século XIX, o trabalho compulsório continuou a demarcar as fronteiras sociais e culturais, na região. À época da abolição formal da escravidão, por exemplo, a mão de obra escrava ainda era muito importante. Mesmo com a crise na produção açucareira, século XIX, o Recôncavo Baiano ainda era a região mais dinâmica: a Província da Bahia ocupava o 4º lugar em número de cativos⁸, em todo Brasil. Os escravos lutaram e empreenderam fugas. Essas fugas nem sempre resultaram na formação de quilombos. Nos anos 1950, Clóvis Moura investigou o protesto escravo na perspectiva da luta de classes. Seu

⁵ REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

⁶ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1988. p. 380.

⁷ Ibidem, p. 87

⁸ FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**. 1870-1910. São Paulo: Unicamp, 2006.

livro, **Rebeliões da Senzala**, publicado em 1959, constitui uma obra de grande relevância no âmbito dos debates em torno da compreensão da história do negro, no Brasil. De acordo com o autor os quilombos representaram acima de tudo o anseio por liberdade. Entretanto, sob um o ponto de vista do marxismo supôs não terem os aquilombados alcançado o grau de “consciência” e organização capazes de derrubar a ordem escravagista. O enfoque do autor enfatiza a luta – a resistência – ao tempo que promove certa apologia ao escravo-herói⁹.

Outros autores¹⁰ muito próximos às interpretações de Clóvis Moura como Luís Luna, José Alípio Goulart e Décio Freitas procuraram ressaltar o grau de violência e a resistência dos escravos e, assim, enfrentaram a tese da “democracia racial” defendida por Gilberto Freire. Muitos dos estudos empreendidos por esses autores estavam diretamente associados a agendas políticas o que, de modo algum, lhes tira o valor – digamos – heurístico das suas pesquisas e os seus resultados. O protesto escravo e especialmente a formação de quilombos emprestava sentido para pensar táticas de guerrilha e a própria noção de resistência à época da realização dos estudos acima arrolados.

Com efeito, visitar comunidades remanescentes de quilombo é bordejar a formação de professores de história¹¹ da educação básica. A historiografia e os estudos sobre o negro no Brasil, no início do século XX produziram e cristalizaram certa imagem de “quilombo”¹² e quase nada sobre “comunidades remanescentes de quilombos”. Nina Rodrigues, em 1904, escreveu um texto denominado **A Tróia Negra**, para se referir à experiência de Palmares. A perspectiva do autor está informada por diversos elementos do racismo científico. Em sua obra, o negro aparece determinado pela sua condição de inferioridade racial. Para ele o quilombo representou um fenômeno de resistência à aculturação.

Reflexões mais sistematizadas relativas aos quilombos iriam aparecer nos estudos afro-brasileiros dos anos 30 do século XX. Em geral, seguindo os estudos fundamentais de Nina Rodrigues na virada do século, Arthur Ramos e Edson Carneiro adiantaram interpretações com um viés culturalista. Posteriormente, a tarefa foi retomada por Roger Bastide. Segundo essa corrente, a organização social

⁹ MOURA, Clóvis. **Rebeliões na Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**. São Paulo: Ed. Zumbi, 1959.

¹⁰ FREITAS, Décio. **Palmares- a guerra dos escravos**. Rio de Janeiro: Graal, 1978; LUNA, Luís. **O negro na luta contra a escravidão**. Rio de Janeiro: Leitura, 1968; GOULART, José Alípio. **Da fuga ao suicídio: Aspecto da rebeldia dos escravos no Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

¹¹ NÓVOA, A. (org.) **O; professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995; TARDIF, M. **As concepções do saber dos professores de acordo com diferentes tradições teóricas e intelectuais**. RJ, PUC/RJ, 2000; SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009; BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

¹² FIABANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2012.

dos aquilombados era identificada a um esforço “contra-aculturativo”, uma resistência à aculturação europeia a que era submetidos os escravos na senzala.¹³

Além disso, de acordo com essa perspectiva, havia presente na constituição dos quilombos, especialmente Palmares, uma espécie de tentativa de “recriação” da África. No início do século XX, importantes estudiosos procuraram identificar nas comunidades afro-americanas “*permanências*” africanas. Entre eles, Melville Herskovits, influente antropólogo estadunidense, foi um dos mais conhecidos autores internacionais preocupado com as “*continuidades*” africanas em seus estudos.

No plano mais amplo dos estudos realizados nos Estados Unidos, Caribe e com influência significativa entre pesquisadores brasileiros, o livro de Richard Price e Sidney Mintz, *O Nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica*¹⁴ procurou tencionar o viés “africanista” em voga nos Estados Unidos, nos anos 1970, no contexto das lutas pelos direitos civis e da introdução da disciplina de estudos afroamericanos no meio acadêmico naquele país.

De acordo com os autores, nenhuma cultura “africana” sobreviveu de forma íntegra na travessia atlântica. Embora acusados de negar a “herança africana”, na verdade, os autores demonstram, nesse livro publicado no Brasil, em 1992, a complexidade dessa herança tomada nunca no singular, mas na perspectiva da dinâmica cultural dos diversos povos oriundos do continente africano e das suas relações – não passivas – no plano das relações escravistas no novo mundo.

Entrementes, na sala de aula da educação básica, os professores de história e das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, podem enfrentar o tema com o cuidado de construir com os estudantes conhecimentos sobre quilombos na relação dialógica com a produção historiográfica. Vejamos o quadro abaixo:

Quilombos (Perspectivas historiográficas e a abordagem pedagógica na sala de aula)	
Historiografia Tradicional (Quilombos entendidos como...)	Nova Historiografia da escravidão (Quilombos entendidos como...)

¹³ REIS, op. cit., p. 11.

¹⁴ MINTZ, Sidney W e PRICE, Richard. O nascimento da cultura Afro-Americana. Uma perspectiva antropológica. Pallas-Universidade Cândido Mendes, 2003. **Revista de História**, Rio de Janeiro: trad. Vera Ribeiro, n. 151, p. 241-246, jan. 2004.

1. Espaços herméticos culturalmente. (Perspectiva “Isolacionista”).	1. Espaços dinâmicos com relações complexas com a sociedade do seu entorno.
2. Espaços de “recriação” da África. Perspectiva “Restauracionista”.	2. Independente da busca por reminiscências africanas, entender os quilombos como ações dos escravizados, no contexto da agência escrava.
3- Viés teleológico da história circunscrito ao Quilombo de Palmares.	3- Investigar as lutas hodiernas das comunidades quilombolas na atualidade.
Quadro comparativo por Fábio Batista Pereira	

Nos anos de 1980 e 1990, importantes estudos¹⁵ foram realizados e publicados acerca da escravidão e, em especial, sobre a formação de quilombos, as suas formas de funcionamento e, até mesmo, a presença de escravizados e indígenas entre os quilombolas, o que sugere pensar os quilombos em suas múltiplas nuances. Assim, tais pesquisas recuperaram a complexidade do fenômeno e podem enriquecer os debates na sala de aula, oportunizando aos estudantes e a sociedade de modo geral uma reflexão mais aprofundada sobre a história dos negros no Brasil¹⁶.

Segue a nossa viagem...

São pelo menos duas horas de viagem. Ao longo do rio avistamos Coqueiro e Nagé, comunidades de pescadores distribuídas ao longo do leito do rio. Alguém sugere comer uma moqueca de robalo, uma mariscada. Apesar de ser uma boa sugestão, seguimos a viagem. Gastamos algum tempo a falar sobre a importância da mariscagem como complemento da alimentação dos escravizados cuja ração diária consistia essencialmente de carne-seca e farinha: “os mariscos serviam como uma forma suplementar de proteína na dieta dos escravos rurais. Os engenhos e fazendas de cana localizados perto da baía às vezes tinham ‘mariscadores’, cativos cuja função era apanhar, ostras e camarões.”¹⁷ Em seu Tratado

¹⁵ NEVES, Erivaldo Fagundes. Historiografia sobre o negro, a escravidão e a herança cultural africana. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v. 10 n. 1, p. 151-171, out. 2010.

¹⁶ PIRES, Antonio Liberac Cardoso Simões (org.). **Da Escravidão e da Liberdade**. Cruz das Almas: Edufrb, 2016.

¹⁷ BARICHMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 93.

Descritivo do Brasil, em 1587, Gabriel Soares apresenta-nos um relato corroborativo desse entendimento:

Neste rio de Paraguaçu e em todos os seus recôncavos, por onde entra o salgado, há muito marisco de toda a sorte, especialmente **ostras muito grandes, onde numa maré vazia quatro negros carregam um barco delas, e tem grandes pescarias**, assim de rede como de linha, especialmente na baía que faz abaixo; porque por uma banda tem duas léguas de comprimento e por outras duas de largo, pouco mais ou menos, e em toda a terra deste rio há muita caça.¹⁸

Coqueiros e Nagé são distritos de São Bartolomeu de Maragogipe, município desmembrado da Vila de Jaguaripe, em 17 de dezembro de 1693. Maragogipe foi um importante polo da dinâmica economia do Recôncavo Baiano, no século XIX. Exerceu importante papel no contexto das Guerras de Independência da Bahia (1822-1823). A indústria fumageira constituiu atividade de grande relevância para o município. Atualmente, a extração de petróleo e o Estaleiro Enseada do Paraguaçu, no distrito de São Roque, representam os setores mais dinâmicos da economia da cidade e da região circunvizinha, embora parte significativa da sua população sobreviva da pesca e da mariscagem, além da produção agrícola.

212

A Luta das Comunidades Quilombolas de São Francisco do Paraguaçu

Estamos próximos à foz, ali forma-se um braço de rio; adentramos o lagamar do Iguape. Avistamos a Igreja e o Convento de Santo Antonio do Paraguaçu:

O convento de Santo Antônio do Paraguaçu foi o primeiro a ser estabelecido no Brasil após a independência da custódia de Portugal através do decreto de Independência assinado pelo Pe. João de Nápoles, Ministro Geral da Ordem Franciscana, e o segundo a ser construído pelos franciscanos no Brasil. A Igreja foi sagrada em 1660, quando teve início sua construção, e concluída em 1688 com muito trabalho árduo de escravos africanos.¹⁹

¹⁸ SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Leammert, 1851. p. 156.

¹⁹ BAHIA, Anais, 1938, apud - **Relatório Antropológico Quilombo de São Francisco do Paraguaçu**.

Figura 1 - Convento de Santo Antônio do Paraguaçu



Fonte²⁰.

São Francisco do Paraguaçu, importante distrito do município da Cachoeira-Ba, tem sido palco de renhida luta e mobilização em torno do reconhecimento da condição de comunidades remanescentes de quilombos reivindicada por cerca de 50 famílias residentes nas imediações da localidade do Boqueirão. Conflitos entre fazendeiros e quilombolas se intensificaram, quando a Fundação Cultural Palmares, em 2005, emitiu certidão de reconhecimento das comunidades. A legitimidade e a competência da instituição foram amplamente questionadas pelos fazendeiros e o processo foi “judicializado”. Foram muitas ações movidas contra os quilombolas, ora na justiça estadual, ora na justiça federal. Por vezes, os tribunais de justiça em suas diferentes estâncias e jurisdição determinaram liminar de reintegração de posse nas áreas habitadas pelas famílias quilombolas. O cumprimento dessas ações judiciais de reintegração de posse, seguidas da destruição de “roças”, habitações e constantes ameaças aumentou o nível de tensão dentro da comunidade. O assunto chamou a atenção da mídia nacional.

Nos dias 14 de maio de 2007, 11/10/2007 e 03/11/2007 a Central Globo de Jornalismo permaneceu na defesa da tese da “irregularidade” no processo de reconhecimento da Fundação Cultural Palmares, mesmo após sucessivas audiências públicas e pareceres técnicos sob os quais a instituição alega ter se embasado para deferir a certidão de reconhecimento de Comunidade Remanescente de Quilombos. A disputa em curso mexeu em feridas nunca cicatrizadas entre os atores em litígio: comunidade quilombola e fazendeiros.

Nos anos 1980, o Movimento Negro Unificado, intelectuais, acadêmicos, congressistas constituintes comprometidos com as questões relacionadas às populações negras e a superação das desigualdades sociais sintetizadas pelo profundo abismo entre negros, pardos e brancos no Brasil pressionaram por garantias constitucionais capazes de enfrentar esse

²⁰ Imagem tirada pelo próprio autor. Santiago do Iguape: Cachoeira – BA, 2020.

grave problema. Um dos resultados mais importantes foi o Art. 68 Do Ato das Disposições Transitórias presentes na Constituição de 1988. Segundo o referido artigo: *“aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”*²¹.

O conceito de Comunidades Remanescentes de Quilombo enquadrado as noções de “comunidades negras rurais/urbanas” dentro de um contexto historicamente marcado pela disputa fundiária, no Brasil e da abertura, nos anos 1980 dos caminhos legalmente constituídos para “reparação” de erros históricos cometidos pelo Estado Brasileiro contra a população negra. Nesse sentido, os conceitos “quilombo” e “remanescentes de quilombo” ganharam renovado interesse não apenas entre os historiadores, mas, principalmente para os antropólogos, chamados a “campo” para produzir laudos antropológicos de reconhecimento dos sujeitos de direito expressos na legislação²².

Em 2003, o Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003 regulamentou o Artº. 68 da Constituição Federal do Brasil:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de **ancestralidade negra** relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante **autodefinição da própria comunidade**.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.²³

O processo de auto-reconhecimento ao qual se refere o decreto acima foi reivindicado pelos quilombolas de São Francisco do Paraguaçu. A ocupação das terras reclamadas pela comunidade quilombola, férteis, ricas em mananciais de água doce, manguezais e acesso a nascentes reacenderam as contradições de uma sociedade construída sobre as bases do escravismo e a resistência escrava a essa forma de exploração do trabalho e, mesmo, após a abolição formal da escravidão:

“Constituir um quilombo, então, tornou-se um imperativo de sobrevivência, visto que a Lei Áurea os deixou abandonados à própria sorte. Desprovidos de qualquer patrimônio, vivendo na mais absoluta miséria, os negros recusaram-se a conviver no mesmo espaço com aqueles que os considerava inferiores e não os respeitava na

²¹ **Constituição Federal do Brasil**. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004. p. 159.

²² O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

²³ **Constituição Federal do Brasil**, op. cit., p. 159.

sua humanidade. Além disso, enfrentara, resistências e preconceitos de uma sociedade que desprezava a sua visão de mundo.²⁴”

A ênfase na formação e do não esvaziamento de quilombos após a abolição formal da escravidão presentes no texto oficial, acima citado, procura reforçar a necessidade das políticas públicas para um segmento da população colocada à margem dos benefícios sociais, econômicos e políticos da sociedade brasileira. Por outro lado, é também, do ponto de vista dos estudos etnográficos e históricos um grande desafio considerando que o conceito não pode ser a cama invertida do Mito de Procastro: O problema de encaixar uma determinada realidade dentro de um conceito é de natureza epistemológica e vai à contramão, por exemplo, da prática antropológica.

Rosy Oliveira²⁵, ao estudar o processo de autorreconhecimento dos Kalungas do Tocantins como comunidade remanescente de quilombo demonstra o quanto a questão fundiária permanece na ordem do dia (O Barulho da Terra – nem Kalunga, nem camponeses), como as categorias – quilombolas, comunidades, remanescentes, comunidades negras rurais e urbanas – sob o olhar antropológico perdem a aura “essencializada” e precisam ser referenciadas no âmbito do entendimento dos próprios sujeitos.

O processo de (auto)reconhecimento de comunidades quilombolas em todo Brasil – e a generalização, aqui é válida, sem risco de ilações - serve também de poderoso exercício para pensar como memória e história atam e desatam explicações e tencionam os usos do passado no presente e integra a agenda das políticas públicas de reparação e igualdade racial.

Entrementes, a criminalização dos movimentos sociais e a constante manifestação do Poder Judiciário, ora a favor de fazendeiros, ora a favor dos quilombolas, servem para demonstrar como as relações assimétricas de poder e as ações de grupos subalternizados concorrem para a emergência de conflitos explícitos ou latentes quando a classe hegemônica se vê na iminência de perder o *status quo* garantido, entre outros aspectos, pela expropriação histórica da terra e das nascentes de água no território de São Francisco do Paraguaçu, no Recôncavo Baiano.

Relações de apadrinhamento, de pequenos favores, cabos eleitorais presentes nas comunidades, conivência das autoridades municipais, o “fiado” no armazém, a cerveja, a cachaça e o cigarro, controle sobre a terra, o poder de decidir o preço dos serviços (capinar/cuidar dos pastos), o aluguel das redes e barcos de pesca, cotidianos marcados pelas

²⁴ BRASIL. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília, 2005. p. 6

²⁵ OLIVEIRA, Rosy de. **O Barulho da Terra: Nem Kalunga Nem Camponeses**. Curitiba: Editora Progressiva, 2010. p. 189.

relações de domínio dentro das comunidades. Quando uma comunidade percorre o sinuoso caminho ao se reconhecer como remanescente de quilombos e pleiteia o direito sobre a propriedade da terra essas relações de poder são tensionadas outros horizontes são vislumbrados: a luta permeia o *fazer-se* das comunidades.

Contexto de mobilização na Bacia do Iguape

Figura 2 - placa



Fonte²⁶.

216

Segue a nossa navegação de cabotagem. Chegamos a São Tiago do Iguape, somos saudados pela imponente Igreja Matriz. Canoas pontilham aquele pedaço do lagamar do Iguape, as águas do rio e do mar se misturam, um cheiro peculiar flerta com o olfato. Homens seguram as redes de pescas, consertam-lhe os “buracos”, murmuram algo sobre a pescaria, aproxima-se a época do “defeso”. Ao caminhar pela comunidade mulheres sentadas à soleira da porta “catam” siri, o trabalho é duro, suas mãos cortadas, calejadas, a mariscagem lhes rende algum sustento. Vamos seguir por terra até a comunidade do Kaonge. Na estrada asfaltada uma placa esculpida pelo artista Doidão Bahia, indica a entrada por uma estrada de chão até as comunidades quilombolas do Kaonge e Dendê.

Ali, surgiu O projeto Rotas da Liberdade. Segundo Ananias, os mais jovens das comunidades quilombolas ligados ao Ponto de Cultura²⁷ Terreiro Cultural que mobilizava e capacitava jovens a partir da cultura digital, além de remunerá-los dentro do Projeto Meu Primeiro Emprego resolveram buscar alternativas quando o projeto foi encerrado. Nesse sentido, buscaram recuperar aspectos da memória do lugar e chegou-se a ideia de

²⁶ Imagem tirada pelo próprio autor. Santiago do Iguape: Cachoeira – BA.

²⁷ Os pontos de cultura consistiram na mais importante inovação no campo das políticas públicas desenvolvidos no Ministério da Cultura, durante as gestões, respectivamente, dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, entre os anos de 2002 a 2010. O projeto consistia na abertura de edital a pessoas físicas e jurídicas. Uma vez selecionado, os proponentes recebiam do MINC, recursos financeiros para tocar os projetos com base no cronograma de execução apresentado, além de um KIT multimídia (câmeras de vídeo, ilha de edição, microfones e etc.), para produção audiovisual embasado em dois princípios fundamentais: a cultura digital e os softwares livres.

desenvolver um projeto de turismo capaz de traduzir um elemento importante para a identidade quilombola: a luta pela liberdade.

Foi então apresentado um esboço no qual se tornou imperativo o trabalho de mapeamento do território. Esse olhar de estranhamento no sentido antropológico foi fundamental para se chegar à elaboração dos roteiros. Desacostumar-se das coisas do dia a dia permitiu àquele grupo de jovens avançarem no processo de compreensão de si mesmos: os lugares de memória, as formas de reprodução da vida material, o acesso a políticas públicas e o domínio das técnicas de elaboração de projetos a partir da identidade autorreconhecida: quilombola.

A participação dos jovens das comunidades quilombolas dentro desse projeto teve repercussão positiva por diversos motivos. Primeiro por se colocar diante das tecnologias da comunicação e da informação em uma perspectiva de “realizadores” e “produtores” através do exercício da produção audiovisual. Segundo, pela imersão nas discussões das políticas públicas de cultura no Brasil e, especialmente, na Bahia a partir da II Conferência Estadual de Cultura, no mesmo instante, onde a mobilização das comunidades ganhava força interna e respaldo jurídico para atuação mais efetiva de órgãos como o INCRA, IBAMA e FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES.

Havia a necessidade de debater o papel e o lugar das comunidades tradicionais da Bacia do Iguape, nos anos 90. No Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi instituída a RESEX – Reserva Extrativista do Iguape e a criação de ostras em cativeiro começava a ganhar força na região, tal qual foi o camarão para o município de Salinas das Margaridas.

Paralelo a esses acontecimentos, a exploração do potencial energético da Barragem Pedra do Cavalo para instalação de uma usina hidrelétrica pelo grupo empresarial Votorantim, manteve as entidades representativas dos segmentos de pesca, mariscagem, extrativistas, proprietários rurais, moradores e sociedade civil de um modo geral mobilizada para discutir os impactos ambientais na região.

Além disso, o Programa Monumenta²⁸ do Ministério da Cultura passou a investir maciçamente na recuperação do Patrimônio Arquitetônico (Civil e Religioso), em Cachoeira, além da abertura de crédito para reformas em imóveis particulares. Diversas ações de políticas públicas no âmbito de secretarias de governo como a Secretaria de Turismo da Bahia contribuíram para a emergência do Turismo Étnico, no estado.

²⁸ Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/monumenta>. Acesso em: 22 fev. 2021.

Caminhadas Ancestrais: os roteiros e as rotas da liberdade

São cinco os roteiros desenvolvidos pelo Projeto Rotas da Liberdade:

- Artes na Rota;
- Caminhadas Ancestrais;
- Dia-a-dia;
- Roteiro Histórico;
- Trilha Griô – Caravana dos Orixás;

O desenvolvimento desses roteiros abertos à visitação dialoga com dois aspectos do turismo étnico e de base comunitária. No primeiro aspecto, buscou-se inventariar o conjunto do patrimônio material e imaterial presentes nas comunidades a partir da valorização de saberes, fazeres e das trajetórias do grupo. Nesse sentido, fazer o percurso “a pé” do Quilombo do Kaonge até o Município de Acupe denominado de Caminhadas Ancestrais como forma de recuperar a memória da comunidade quando seus pais e avós por anos a fio desenvolveram a estratégia de ir vender no município vizinho como forma de sobrevivência dialoga com as estratégias contemporâneas de luta pelos direitos assegurados pela constituição a essas comunidades e, ao mesmo tempo, procura-se valorizar essa luta também como ação dos mais velhos

Em segundo lugar, o turismo de base comunitária permite articular as diversas estratégias de sobrevivências desenvolvidas, ao longo do tempo pelas comunidades. Com respeito aos princípios de autonomia e integração dos atores sociais envolvidos com vistas à sustentabilidade e valorização da cultura local, o Projeto Rotas da Liberdade tem fortalecido os laços identitário.

Nesse sentido, o próprio dia-a-dia é roteirizado, pois as práticas costumeiras como a produção da farinha, o manejo da ostra, as rezadeiras e benzedadeiras, a comida típica são apresentadas como marcas de uma identidade quilombola permanentemente mobilizada na defesa do seu lugar no mundo como homens, mulheres, crianças, idosos e, portanto, sujeitos de direitos: cidadãs e cidadãos.

O “Roteiro Histórico” consiste na visitação às ruínas dos engenhos, igrejas e outras marcas da história da colonização na Bacia e Vale do Iguape. Não obstante essas sejam as marcas do colonizador, as narrativas diante dos monumentos históricos estão sempre marcadas pelo contraponto da escravidão: afinal de contas, quem construiu tais edifícios de cal e pedra, senão, os seus ancestrais – reivindica os jovens quilombolas.

Figura 3 - Caonge



Fonte²⁹.

A Trilha Griô - nome, aliás, tomado de empréstimo da tradição africana de contar história - se insere no âmbito das políticas de valorização de homens e mulheres, com “saberes” reconhecidos e fundamentais para manutenção da vida material e espiritual de algumas comunidades.

219

Considerações Finais

As comunidades remanescentes de quilombo da Bacia do Iguape continuam a empreender as suas lutas e estão inseridas no contexto local e mais amplo das trajetórias e identidades das populações negras, no Recôncavo Baiano e no Brasil. Lançar mão da aula de campo como instrumento didático-pedagógico a partir da construção de um roteiro de visitação pode ser uma excelente possibilidade de exercitar junto a docentes e discentes o acesso a um currículo multirreferenciado³⁰ capaz de promover as aprendizagens significativas e contribuir para a luta histórica das popula es visitadas.

Os professores poderão organizar as suas sequências did ticas³¹ dentro do seu componente curricular, no âmbito dos itinerários formativos ofertados pelo Novo Ensino Médio ou ainda de forma interdisciplinar com ênfase nas competências gerais e específicas da BNCC³².

²⁹ Imagem tirada pelo próprio autor dentro do Quilombo Kaonge e Dendê. Santiago do Iguape, Cachoeira – BA.

³⁰ NACIMENTO, Cláudio Orlando Costa do; PEREIRA, Rita de Cássia Dias de. **Currículo e Forma o: diversidade e educa o das rela es étnico-raciais**. Curitiba: Ed. Progressiva, 2010.

³¹ ALMEIDA, Leandro de. **Caminhos para efetiva o da Lei 11645/2008**. Cruz das Almas, EDUFRB, 2016.

³² Na BNCC, competência   definida como a mobiliza o de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

COMPETÊNCIAS GERAIS (Educação Básica)	COMPETÊNCIA ESPECÍFICA Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
<p style="text-align: center;">Competência Geral 1</p> <p>Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.</p> <p style="text-align: center;">Competência Geral 9</p> <p>Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.</p>	<p style="text-align: center;">Competência Específica 1</p> <p>Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.</p>
HABILIDADES ESPECÍFICAS Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	
<p>EM13CHS102: Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.</p> <p>EM13CHS302: Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais -, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.</p>	

Com base na perspectiva do protagonismo no processo de ensino-aprendizagem é possível solicitar e indicar leituras prévias e instrumentalizar os estudantes com textos e recursos audiovisuais de apoio como parte primordial para o planejamento da visita às comunidades, além de trabalhar os conceitos básicos relacionados aos aspectos técnicos e éticos da pesquisa científica e da aula de campo.

Ao nível da avaliação³³, o professor ao reconhecer a intencionalidade do processo pedagógico e a fim de investigar elementos da aprendizagem proposta poderá solicitar a elaboração de relatórios, ensaios fotográficos, portfólios, podcast, blogs e/ou instrumentos

³³ LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

avaliativos que considere válidos para aferir/orientar o percurso formativo dos estudantes envolvidos no projeto.

Embora, esse tipo de atividade e planejamento de sequências didáticas³⁴ tenha por princípio, sem dúvida, potencializar a construção de conhecimentos pelos alunos diante dos temas propostos no âmbito escolar, a maior ambição, no entanto, é contribuir para alicerçar uma outra/nova pedagogia das relações étnico raciais capaz de reconhecer as lutas, garantir os direitos e o acesso a plena cidadania das populações negras e superar o racismo estrutural: a escola brasileira precisa ser proponente desse projeto político pedagógico.

³⁴ FONSECA, S. G. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados.** Campinas, São Paulo: Papyrus, 2003.